

Considerações finais

Nesta investigação, apresentamos a importância das pequenas atitudes e das minimanifestações expressas no jogo interativo e vividas no cotidiano da família. Julgamos que o processo de interação se faz a partir de pequenas moléculas, de pequenos gestos e palavras pronunciados na relação. E, ainda, que o poder destes instantes, da ordem do minúsculo, reforça o valor da análise da vida doméstica como recurso de compreensão da dinâmica familiar e, especificamente, da relação entre pais e filhos adultos, objeto desse estudo.

A organização da vida doméstica é estabelecida por normas, que se constituem a partir da dinâmica desenvolvida na interação. O ajuste de interesses na dinâmica relacional vem a ser o fundo no qual elas se desenvolvem. Dessa maneira, quando um dos membros expressa um aspecto de si próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, instituindo um equilíbrio na esfera interativa. Observamos que as regras da casa são instituídas pelos pais e são reformuladas, constantemente, em função das demandas de cada uma das gerações: são reatualizações necessárias para o prosseguimento da vida em família. E, ainda, que as normas domésticas aparecem como regras parentais, sendo, sobretudo, instituídas pelas mães. Assim, a ordem de organização da vida cotidiana que impera na casa é a ordem materna.

O apelo à ordem é uma reafirmação do poder dos pais sobre os espaços em questão. Ele funciona como uma tentativa de conservar os espaços comuns para todos, de legitimá-los como um direito de todos, mas, também, de reafirmação desse espaço como parental. Todavia, a “lei” desse espaço parental é frequentemente rompida ou esticada pelos filhos, a fim de ganhar terreno na dimensão relacional. Constitui-se um campo de avanços e recuos na dinâmica relacional, configurando um jogar com as regras. Cada um vai até determinado ponto: observa, reconhece a área e atua para modificar seu contorno inicial. O passo de um indica a direção do passo do outro e, com isso, novas regras poderão vir a ser estabelecidas. Elas são estratégias de apropriação do espaço e de afirmação de autonomia em relação a casa, e essas estratégias se dão em um campo de relação de forças, no qual cada geração defende suas áreas de ação. Para

mudar esse quadro, constituído de lugares mais ou menos fixos, os filhos desenvolvem subterfúgios para atingir suas metas de independência na relação.

Os filhos, ao quebrarem as normas dos pais, têm uma atitude de enfrentamento e, ao nosso olhar, o fazem com o consentimento velado dos últimos. Os pais autorizam a ruptura e a elasticidade das regras, revelando o aspecto poroso da relação. Aliviada da rigidez das posições iniciais, essa atitude acobertadora instiga a criação de um terreno apropriado para as rupturas demandadas pelos filhos. Estes, no intuito de ganhar mais espaço, testam diferentes investidas e argumentações para esticar seus domínios pessoais. Esses passos em direção a um alargamento do campo de ação constituem um processo de negociações com o objetivo de se firmarem acordos. O território de negociações da família é o contexto relacional. Em torno desse lugar dinâmico apresentam-se: a defesa dos pais em assegurar seus espaços de poder e controle e o desejo dos filhos de ganhar terreno, em uma perspectiva mais igualitária.

O processo de negociação de novas regras de convivência é pleno de avanços e recuos, tendo em vista que ele deve atender às expectativas de ambas as gerações. Pode-se ter um acordo sem que haja negociação, como, também, pode-se chegar a um acordo, que deixe espaço para a negociação, caso ele se rompa. Observamos que a negociação acontece quando existe certa tensão entre as partes envolvidas: na falta desta tensão não se negociará. Nesse caso, o compromisso, resultante do processo, tem a função de consolidar a relação. Dessa forma, o conflito pode ser percebido como uma forma de negociação. Simmel (1912) destaca o fato do conflito acabar em um compromisso, que não é nem uma vitória nem uma derrota e sim, uma conquista, um processo de negociação. O processo de negociação verificado na dinâmica relacional pode ser compreendido como uma tentativa de reequilibrar os equilíbrios instáveis da relação. A busca do acordo é uma forma de estabelecer uma distância suficiente entre os membros, para que não haja ameaça ao equilíbrio relacional.

Observamos que existe um jogo interativo na dimensão relacional. A tentativa de “equilibrar os equilíbrios instáveis” da relação provoca uma dinâmica, baseada em um vai-e-vem das instâncias relacionais. Esse movimento visa garantir os interesses que se apresentam, em determinados contextos da interação. Nesse jogo de ir e vir, os membros da família podem definir, escolher ou

hierarquizar o que lhes for mais conveniente. Se é mais apropriado ser *filho de* ou *pais de* em um contexto, em outro, pode ser mais eficaz ser *companheiro de* ou *parceiro de*. Esse jogo de ir e vir representa a reformulação das relações entre pais e filhos adultos, calcada em uma relação mais próxima da simetria, conquistada nas microexperiências da vida cotidiana. As negociações que permitem mais autonomia aos filhos – e, da mesma forma, viabilizam um gradual desinvestimento das funções parentais – transformam o ambiente relacional. Pode-se ir e vir, mais próximo ou mais distante, em um movimento contínuo, sem que tal alternância possa, necessariamente, trazer desconforto. Trata-se de experimentar na prática e avaliar o que funciona e o que não funciona na relação. Cada dia pode ser o cenário de pequenas mudanças que, construídas em conjunto nas conversações, irão modificar o ritmo da convivência.

A vivência desses jogos relacionais de ir e vir permitem a descoberta de novas possibilidades na relação. Trata-se de uma sucessão de avanços e recuos que se constituem como estratégias de convivência. Ambos, pais e filhos, transitam de uma dimensão à outra, permitindo-se o interjogo. Os deslizos e as recuperações são autorizados, em função de se realizarem em um contexto dinâmico que pode suportar essas situações. Esse contexto é possível devido ao fato de que as condições negociadas e estabelecidas por esses indivíduos manifestarem-se em um ambiente de confiança e propício à espontaneidade.

Assim, observamos que as famílias C, E, H e G, em suas dinâmicas interativas, alternam as dimensões relacionais de acordo com os interesses do momento. As famílias A, B e D não conseguem essa alternância, dentro dos limites observáveis nessa pesquisa, em virtude da rigidez das fronteiras que distinguem seus espaços pessoais. Esses indivíduos não conseguem flexibilizar suas atitudes, estando ora muito próximos, ora muito distanciados, o que inviabiliza o jogo interativo. O que nos parece é que, nessas condições, a dinâmica interativa, afetada pela situação de conflito, perde a capacidade de refletir e negociar as diferenças. Os membros estão tão próximos que não percebem formas alternativas para se distinguirem um do outro, nesse contexto. Na presença do conflito, ocorre, apesar da rigidez e do distanciamento, uma intensa proximidade, configurando um verdadeiro paradoxo na relação.

A democracia familiar é, também, feita de paradoxos, ambigüidades e incertezas. É possível a existência de uma hierarquia de poder disfarçada, isto é, as demonstrações de “companheirismo e cuidado” podem mascarar a manutenção do exercício do controle. Assinalamos que esse contexto de disfarce revela um “ganho” secundário na relação: esses comportamentos se provocam mutuamente, de forma a constituir um jogo no qual os participantes “fingem” não perceber as intenções mascaradas em tais atitudes. Por outro lado, a distribuição e a redistribuição do poder podem esmaecer os tons hierárquicos e autorizar a vivência de uma liderança discutida.

Observamos nas entrevistas que as diferenças na percepção da esfera do trabalho entre pais e filhos podem produzir um terreno de ambigüidades no espaço relacional. A geração dos pais, no que concerne à dimensão do público, é fortemente marcada pelas relações de compromisso e lealdade, valores associados à noção de durabilidade e a uma política de longo prazo. A geração dos filhos, por outro lado, pode representar esse mundo em uma perspectiva de curto prazo e da provisoriade de experiências sociais, características do momento contemporâneo.

A perspectiva vertical de relacionamento engloba a lógica tradicional, que norteia o mundo do trabalho desses pais. Uma ótica baseada em relações horizontais e desierarquizadas pode ficar distante da realidade dos mesmos. Assim, a possibilidade de simetria na relação, nesse campo, torna-se mais difícil de ser atingida e as diferenças aparecem soberanas. Em relação ao destino do salário dos filhos, os nossos entrevistados mais velhos se dividiram entre o sentimento de desigualdade na relação e a incompetência dos filhos. A primeira seria percebida como falta de engajamento dos filhos no projeto familiar e a outra conotaria os filhos como incompetentes na gestão de suas vidas financeiras: assim, reafirmam as suas visões sobre as deles. Daí podemos sustentar que, nas trocas próximas da simetria, características dessas relações, existe lugar para a tensão, para a ambivalência e para o conflito, em razão das diferentes idéias e valores que norteiam cada uma das gerações.

Também encontramos essas visões contrastantes no universo de discussão sobre a vida afetiva dos filhos. De acordo com Bauman (2003), os indivíduos não consideram mais a experiência amorosa como minimamente possível em suas

vidas. A expectativa é a de viver grandes amores ao longo da existência, “mais estimulantes que os anteriores”. O indivíduo de hoje busca mais independência, mais autonomia e é mais crítico no que concerne à esfera de seus relacionamentos. Esta atitude mais livre implica em menos permanência nos relacionamentos e em muitas incertezas no âmbito da relação com os pais. Identificamos, nessa posição dos filhos, um dispositivo que instiga a insegurança nos pais. Esse sentimento impede ou perturba a construção dos projetos pessoais dos últimos, sobretudo aqueles referentes à vida de casal. A geração mais velha, ainda ativa na função da parentalidade, não possui o distanciamento suficiente para o desinvestimento nessa área e o conseqüente desvio de olhar para as questões pessoais e conjugais. Nessa medida, a paisagem relacional torna-se indefinida, os filhos buscam seus parceiros ideais e os pais esperam.

A partir da noção de que ambas as gerações dispõem de recursos próprios de poder e barganha, passamos a levar em conta que esses membros percebem a família como lugar de pertencimento, no qual a autonomia não aparece como um oposto. Pertencer e ser autônomo parece não comprometer o equilíbrio familiar. Dentro dessa perspectiva, o espaço familiar pode ser percebido como um lugar de apoio privilegiado, de reciprocidade e de troca, assim como, pode propiciar a divergência, o atrito, o conflito e, em conseqüência, mobilizar estratégias para lidar com os mesmos, a fim de conciliar os interesses, isto é, os acordos e as negociações. Frente a essas afirmações, podemos pensar que esse espaço, apesar de contrastante, seja visto de uma forma muito peculiar. A perspectiva do “familiar”, do estar à vontade e do aconchego sobrepõe-se ao mal-estar ou ao embaçamento das trocas, que algumas vezes pode se fazer presente nos limites desse domínio interativo. Em outras palavras, a balança tende para o lado do habitual, do conhecido e da intimidade.

Ao lado disso, a convivência prolongada confere, a esse espaço, um sentido de trocas mútuas, permanentemente negociadas no cotidiano, ou seja, confirmadas e reconfirmadas ao longo do tempo. Sob a dimensão temporal, esses membros definem e redefinem para si próprios os limites da convivência, ou seja, a saída negociada dos filhos ou mesmo a possibilidade de ruptura da relação. Assim, discute-se, simultaneamente, no âmbito da relação, as esferas espaciais e temporais. Nessa medida, a escolha de permanecerem juntos, apesar da

consciência de poderem se separar, parece ser “finamente” articulada nos detalhes da convivência. Essa articulação cotidiana permite aos membros, a conciliação entre o sentimento de pertencer e a singularidade de cada um. E essa conexão pode abrir espaço para o sentido da convivialidade, e para um significado de fruição dos sentimentos familiares.

No âmbito da dinâmica relacional, a ótica do “familiar” se constitui a partir da certeza e de uma confiança básica que serve de sustentação a um ambiente no qual o indivíduo pode viver e expressar seus sentimentos na situação interativa, em um clima de apoio. Esses seriam momentos especiais que, raros ou não, podem ser observados na dimensão interacional no cotidiano familiar.

Cada família parece ter um encontro marcado com o seu “momento família”. Acreditamos que para constituir um “ambiente familiar” com o sentido de convivialidade, seja necessária a fluidez dos espaços pessoais dos membros da família, que concedem a prevalência ao sentimento compartilhado, ao coletivo. É essencial que haja porosidade nestes espaços individuais para que o ambiente possa emergir, revelando suas características singulares de abrigar o prazer de estarem juntos e da mutualidade.

A dinâmica familiar possui esse constante movimento interno, um jogo de vai-e-vem, responsável pelo estímulo e pela evolução de algo da ordem da continuidade de ser, como nos diz Winnicott. A noção de família como possibilidade de um espaço de acolhimento e confiança ganha, assim, mais consistência com a idéia de espaço potencial (Winnicott, 1971), lugar no qual se pode obter um relaxamento, um alívio de tensões e a capacidade de fantasiar.

Dessa forma, a experiência de transicionalidade vivida na interação entre pais e filhos adultos constitui-se como possibilidade de reconstrução, para ambas as gerações, de alguns estados psicológicos que a caracterizam. E esses seriam a regressão a estados de dependência e a necessidade de expansão pessoal, entre outros. Assim, a integração ou a alternância entre os estados objetivo e subjetivo proporcionariam a capacidade de expansão e reestruturação desses *selves*.

A noção de filho-outro está intimamente vinculada a de pais-parceiros. A redefinição destes estatutos foi forjada na interação entre estas duas partes, através de negociações que alargaram seus espaços pessoais, ao mesmo tempo em que os validaram. Ambos alcançaram estas condições juntos: a mudança de um gerou a

transformação do outro. A boa distância, uma invenção da família, pode assegurar a manutenção deste espaço com potencial transformador, ou seja, o ambiente familiar. No entanto, como nada é definitivo, é preciso que ocorram negociações constantes, a fim de equilibrar a interação, que está sempre em movimento.

Na situação de ambiente familiar é possível que a proximidade alcance um nível suficiente para o compartilhamento e que os membros da família façam circular a intimidade, forjada na confiança e na validação dos comportamentos. O jogo de afastamento e proximidade vai ser vivido intensamente, e ora se está em uma dimensão e ora na outra, dependendo das necessidades do momento. A fim de efetivar esta interação, é preciso saber dosar esses níveis, para que a conversação possa fluir.

Finalizando, mesmo diante do desconforto frente aos impasses provenientes das visões contrastantes entre as duas gerações, o familiar assume um lugar preponderante e a parceria apresenta-se como uma conquista da relação. Na família de adultos, uma convivência mais livre e menos rígida, pode abrigar a alternância de dimensões relacionais, isto é, pode-se ser parceiro em uma situação e em outra, ser pouco recíproco.

Assim, reafirmamos que a parceria constitui-se na dinâmica da relação, no jogo interativo. A noção de construção de um acordo permite-nos observar a demanda por um engajamento mais amplo na idéia de um projeto familiar. Esse consenso seria fundamental para a construção de um sentido de estar em família, atrelado a um significado mais profundo da concepção do viver junto, que possa habitar o imaginário dos membros da família nesse ponto do ciclo vital familiar.